

## O Planeamento Familiar na Comunicação Social entre 1968 e 1978

Isabel Freire, Investigadora associada do ICS - UL<sup>1</sup>

Roberto Innocenti é o autor de um livro muito especial, que se chama *A Casa*. É um livro que conta a história política e social da Europa, ao longo do século XX. Mas fá-lo sem uma única palavra. É um livro para crianças. Só com imagens. Quando folheamos as suas páginas, entramos no quotidiano de uma casa em transformação, num século em transformação. Vemos as estações sucederem-se umas às outras. Vemos a chegada do frio e a chegada da guerra. Vemos a tristeza infiltrar-se nas paredes da casa e nas rotinas de quem lá vive. Mas vemos também o pós-guerra. Vemos a esperança. O que vemos é a mudança...

Neste livro, gosto particularmente do silêncio. É preciso lê-lo a partir de dentro. Mas também gosto muito da ideia de a casa ser protagonista. A casa... Um lugar de privacidade e de intimidade, onde vivemos a família, a conjugalidade, a parentalidade, ou a ausência disso tudo. Um lugar do corpo, de sensações, de emoções.

Quando comecei a preparar esta comunicação, o livro de Roberto Innocenti, saltou-me como um pop up, da prateleira da estante da sala. Pensar o planeamento familiar e a contraceção, pensar o contexto dos primeiros anos da APF, era como folhear as páginas de um livro sobre uma casa em transformação política e social, num fim de século em mudança. Uma casa com 50 anos. Uma casa carregada de esperanças, mas também de conflitos, de mudanças e permanências.

Ao contrário de Roberto Innocenti, o que vos trago hoje são palavras. As minhas. Mas também as de três cidadãs anónimas. Mulheres que escreveram três cartas em três décadas diferentes. Todas elas discursos sobre a saúde sexual e reprodutiva dos portugueses. A primeira remonta aos anos 1970. A segunda aos anos 1980. E a terceira tem pouco mais de uma semana. É uma carta do século XXI.

---

<sup>1</sup> Isabel Freire concluiu em 2016, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a investigação de doutoramento *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). [isabelfreire.press@gmail.com](mailto:isabelfreire.press@gmail.com)

**15as JORNADAS NACIONAIS  
EDIÇÃO ESPECIAL 50 ANOS APF  
ESCOLHAS, DIREITOS, SAÚDE**

19 de Maio 2017, Escola Superior de Enfermagem - Polo Artur Ravara, Lisboa  
Comunicação: *O Planeamento Familiar na Comunicação Social entre 1968 e 1978*

Isabel Freire, Investigadora Associada do ICS - UL

Começamos pela primeira. 1975. A Revolução tinha um ano de idade. A APF já tinha 8. Escreve esta carta uma estudante. Publica-a uma revista central na história da imprensa feminina. Refiro-me à *Modas & Bordados*, suplemento do jornal *O Século*. Na chefia de redação estava à época a jornalista Maria Antónia Fiadeiro.

Oiçamos o que diz esta primeira carta: “[...] aquilo que agora [no pós-25 de abril] se manifesta é a procura de uma sexualidade à medida dos homens e mulheres livres que hoje somos. Por meio de esclarecimento adequado, de uma legislação justa e de uma educação sexual efetuada desde a infância, futuramente as crianças não serão decerto como a maioria das adultas de hoje, para quem o sexo é motivo de vergonha e de sofrimento”. Fim de citação. Estávamos em 1975. Esta jovem tinha esperança que a Revolução do 25 de Abril marcasse o princípio do fim de uma vivência envergonhada e sofrida da sexualidade no nosso país.

Não estudámos ainda suficientemente a sexualidade em Portugal nos anos 1960 e 1970. Não conhecemos em profundidade os valores, as atitudes e os comportamentos dos portugueses nesta matéria, neste período. Mas não desconhecemos tudo. Alguns estudos foram clarificando pistas. Vou falar-vos do meu. Dos discursos em torno da sexualidade, mais especificamente, em torno da contraceção e do planeamento familiar, que encontrei em jornais e revistas publicados entre 1968 e 1978.

Durante o Estado Novo, a censura filtra de forma convicta abordagens em torno da sexualidade e da reprodução, seja nos media, no cinema ou literatura. É promovida a invisibilização, a opacidade, um certo silêncio sobre o corpo e a sexualidade. De finais dos anos 1960 em diante, altura em que APF é criada, as águas da censura parecem sossegar um pouco. Começam a aparecer nos jornais e revistas notícias sobre contraceção e planeamento familiar. Mas é sobretudo após a Revolução dos Cravos, que o tema da saúde sexual e reprodutiva entra na agenda mediática. Planeamento familiar e contraceção evidenciam-se como lutas políticas e públicas. Afirmam-se como caminhos de cidadania, de igualdade e democracia. Alega-se que permitem combater o sofrimento de muitas mulheres, de muitos casais, de muitas famílias, evitando gravidezes indesejadas, evitando o aborto clandestino em condições degradantes, evitando crianças que nascem de cambulhada, umas atrás das outras, educadas sem condições económicas e afetivas. Este é um discurso defendido por

**15as JORNADAS NACIONAIS  
EDIÇÃO ESPECIAL 50 ANOS APF  
ESCOLHAS, DIREITOS, SAÚDE**

19 de Maio 2017, Escola Superior de Enfermagem - Polo Artur Ravara, Lisboa  
Comunicação: *O Planeamento Familiar na Comunicação Social entre 1968 e 1978*

Isabel Freire, Investigadora Associada do ICS - UL  
visões mais liberais. Um discurso que apelava ao esclarecimento, à mudança legislativa e à educação sexual, tal como se reivindica no excerto da carta que vos li.

Com a Revolução dos Cravos aprovam-se efetivamente alterações legislativas importantes. A Constituição de 1976 estabelece a igualdade entre mulheres e homens no contexto da família, da conjugalidade e da parentalidade. O Estado passa a ter a obrigação de divulgar e facilitar o planeamento familiar. Do Código Civil desaparece o imperativo da virgindade feminina à data do casamento.

O excerto da carta que vos li, falava na importância da mudança legislativa, mas também da importância do esclarecimento à população e da educação sexual das novas gerações. Purificação Araújo, figura de referência da APF, e da saúde sexual e reprodutiva no nosso país, diz à época que a “revolução sexual” portuguesa estava carregada de “ignorância” e de “culpabilidade” (M&B, 1975, 3323). E por isso, a educação sexual era extremamente importante.

Quando olhamos para os jornais e revistas desta época, que discursos sobre saúde sexual e reprodutiva vêm combater esta ignorância de que nos fala Purificação Araújo? O que se diz nos media, quando cai a ditadura?

Entre 1974 e 1975, fala-se muito de divórcio e de pornografia. Fala-se também bastante de emancipação e feminismo. De 1975 em diante, fala-se mais de virgindade feminina, do direito à sexualidade juvenil pré conjugal, de contraceção, de planeamento familiar e de aborto. A APF é citada em muitos dos artigos sobre contraceção e planeamento familiar. Mas também creio que está por detrás de muitos outros em que não é citada. Presta informação. Problematiza. Dá entrevistas. Abre aos jornalistas as portas da sua casa. Permite reportagens nas suas ações de formação.

Os artigos que se publicam na imprensa portuguesa sobre o tema da contraceção e planeamento familiar após o 25 de Abril, dão também conta de anticorpos políticos, sociais, culturais, médicos, morais, religiosos. A imprensa destaca regularmente a desconfiança dos clínicos à prescrição da pílula. Muita tinta corre sobre o tema. Diversos artigos insistem no imperativo de dar formação técnica aos médicos, às enfermeiras, aos assistentes sociais. Fala-se também da resistência masculina. Da oposição de certos homens, receosos de que a toma da pílula trouxesse às

**15as JORNADAS NACIONAIS  
EDIÇÃO ESPECIAL 50 ANOS APF  
ESCOLHAS, DIREITOS, SAÚDE**

19 de Maio 2017, Escola Superior de Enfermagem - Polo Artur Ravara, Lisboa  
Comunicação: *O Planeamento Familiar na Comunicação Social entre 1968 e 1978*

Isabel Freire, Investigadora Associada do ICS - UL

companheiras uma nova libertinagem sexual extraconjugal. Em 1976, a Modas e Bordados faz capa do tema, com a imagem de uma gravidez hipotética. Uma gravidez masculina. E a mensagem é clara. Os homens opõem-se porque não engravidam.

Para as mulheres envolvidas na luta pela igualdade de género, a contraceção e o planeamento familiar são também assuntos centrais. Num artigo publicado em 1976, lê-se que “a revolução contraceptiva” deve levar o homem a perceber que a relação psicológica e a relação sexual se realizam de pessoa para pessoa, e não de dominante para dominado (M&B, 1976, 3353).

Para além de um assunto político, debatido pelos partidos, a temática da contraceção e planeamento familiar é, à época, no nosso país, um assunto de natureza religiosa, social, demográfica. Que legitimidade tenho eu de planear (ou não planear) um filho? Para muitos a legitimidade estava na pobreza extrema, nas famílias numerosas a viver sem condições dignas.

Não me parece exagero falar de uma vasta campanha de informação e esclarecimento em torno da contraceção e planeamento familiar, feita em certas publicações, logo após o 25 de Abril. Apesar disso, o *Diário de Lisboa* escreve em finais dos anos 1970: embora o planeamento familiar tenha sido decretado após a Revolução dos Cravos, como medida fundamental, na prática, ainda não funciona. Segundo o *Diário de Lisboa*, em 1978, as relações sexuais continuavam a ser fonte de angústia para milhares e milhares de mulheres portuguesas, receosas da gravidez (DL, 1978, 19557).

Volto a citar Purificação Araújo. Numa entrevista que dá em 1975, sublinha a importância das brigadas informativas que tinham por objetivo a alfabetização sexual à escala nacional. O país precisava alfabetizar-se sexualmente. Pedem-se sessões de esclarecimento e consultas de planeamento familiar, mas não só nos dispensários e hospitais. Diz-se que são necessárias nas juntas de freguesia. Nos sindicatos. Nos locais de trabalho. A educação sexual era entendida como urgente, porque no nosso país, na década de 1970, a ignorância sobre todas as questões sexuais era – e abro aspas – uma ignorância “drástica” (M&B, 1975, 3287).

E como desenvolver essa educação para a sexualidade? Num artigo publicado em

**15as JORNADAS NACIONAIS  
EDIÇÃO ESPECIAL 50 ANOS APF  
ESCOLHAS, DIREITOS, SAÚDE**

19 de Maio 2017, Escola Superior de Enfermagem - Polo Artur Ravara, Lisboa  
Comunicação: *O Planeamento Familiar na Comunicação Social entre 1968 e 1978*

Isabel Freire, Investigadora Associada do ICS - UL  
1974 (*Modas & Bordados*, 1974, 3261), o pediatra Abílio Mendes e o Padre José Carlos da Silva, fundador da APF, defendem que não se pode esquecer a educação sentimental e a educação para o amor. Que era preciso evitar o que designam por uma moda erótica. Referem-se ao erotismo que ‘explode’ nos cartazes do cinema e nas capas de livros, por influência de uma indústria internacional atenta às novas possibilidades que o fim da censura traz também ao público português. Trazem novos guiões para o imaginário erótico. Sugerem buscas de exploração sexual anteriormente reprimidas e temidas.

Porém, quando olhamos para os artigos publicados na imprensa portuguesa entre 1968 e 1978, não encontramos abordagens da sexualidade desenquadrada da relação afetiva. Muitos discursos profetizam, sim, a importância de sexualizar o amor. Outros profetizam, sim, a legitimidade em erotizar a sexualidade. Mas não, não, se defende o direito à sexualidade sem compromisso, a uma sexualidade desenquadrada dos afetos.

Apesar da Revolução do 25 de abril ter trazido condições de liberdade para se falar de saúde sexual, e apesar dos esforços de esclarecimento e educação sexual de organismos vocacionados para a saúde, nomeadamente a APF, em Portugal, a ignorância em torno da sexualidade ainda era dramática, no início da década de 1980. É dessa ignorância que nos fala a segunda carta. Dirige-se à *Comissão da Condição Feminina*, que então desenvolvia um projeto de informação sobre planeamento familiar, coordenado por Ana Vicente e Maria Reynolds de Sousa. É uma das 10 230 cartas de leitoras que esta *Comissão* recebeu (Vicente, 1987).<sup>2</sup> Início de citação:

“Como tantas jovens que vos têm escrito, eu sou mais uma com 18 anos. Vivo na província e como tantas jovens por esse país fora, desejo casar. Aqui as informações sobre casamento e sexo são muito vagas, devido aos preconceitos que as mulheres casadas têm, em falar com as jovens. Fui educada à ‘antiga’, como se costuma dizer, pois os pais escondem tudo de nós sobre a vida. Vivemos quase fora do mundo, considerando o sexo como um pecado. Assim vamos crescendo e mesmo que queiramos sair desta ‘teia’, não conseguimos, pois não temos informação” (Vicente, 1987: 134). Fim de citação. A informação era ainda insuficiente em muitos recantos

---

<sup>2</sup> Vicente, Ana. 1987. *Mulheres em Discurso*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Isabel Freire, Investigadora Associada do ICS - UL do país. O preconceito e a vergonha mantinham-se. O caminho a fazer era ainda longo.

Ana Vicente explica que as cartas destas mulheres de finais da década de 1970/início da década de 1980, refletiam ainda a gravidez como um pesadelo, que as impedia de viver a sexualidade com prazer (mesmo que pouco). Mas Ana Vicente explica também outro aspeto pertinente. A mulher estava tão habituada a este contexto de sofrimento, a este medo da gravidez na sexualidade, que a possibilidade de libertação se tornava igualmente temida (Vicente, 1987: 38).

Em finais de 1968, Alçada Baptista escreve no caderno sobre Casamento, da revista *O Tempo e o Modo*<sup>3</sup>, que naquele final de década se “atravessava um período difícil”, de “advento”, mas também de conflito. Vivia-se um tempo de passagem entre a escravidão e a liberdade. Um tempo híbrido. As regras da liberdade baralhavam os escravos. As regras da escravidão atrofiavam os homens livres. Alçada Batista acreditava que o advento de uma sociedade livre passava por uma “libertação interior” (*O Tempo e o Modo*, 1968, 30).

Com a chegada da revolução de 1974, chegam à comunicação social ecos (mais e menos fortes) de diversas reivindicações, clamando por libertação interior. O direito à sexualidade feminina. O direito à sexualidade reprodutiva. O direito à interrupção da gravidez. O direito à sexualidade juvenil, pré conjugal. O direito a novas formas de relacionamento para além do casamento. O direito à homossexualidade. O direito à igualdade de género. Valores conservadores e liberalizantes digladiam-se na esfera mediática. A mudança social em torno da sexualidade é defendida sobretudo em contextos urbanos, juvenis, universitários, pró-feministas, intelectuais e artísticos. A transformação que chega com a Revolução dos Cravos não parece ser nem ampla nem radical nem profunda. Certos agentes, em certos contextos, em relação a certos assuntos, e em certas esferas mediáticas e públicas, pensam e reivindicam a mudança, no sentido de uma cidadania da intimidade afetiva e sexual, que se mantém em construção até aos dias de hoje, século XXI. E assim chego à leitura da última das três cartas. Uma carta que é um email. Uma carta que foi escrita a semana passada, para

---

<sup>3</sup> *Casamento*, Cadernos *O Tempo e o Modo*, 2, Março de 1968.

**15as JORNADAS NACIONAIS  
EDIÇÃO ESPECIAL 50 ANOS APF  
ESCOLHAS, DIREITOS, SAÚDE**

19 de Maio 2017, Escola Superior de Enfermagem - Polo Artur Ravara, Lisboa  
Comunicação: *O Planeamento Familiar na Comunicação Social entre 1968 e 1978*

Isabel Freire, Investigadora Associada do ICS - UL

enviar à diretora da escola pública da minha filha, uma escola de referência, que na altura da divulgação dos *rankings* sempre aparece nas notícias dos telejornais, pelos melhores motivos. Início de citação: “Exma. Diretora, Os encarregados de educação perguntaram ao Diretor de Turma acerca das atividades previstas e realizadas neste ano letivo, em matéria de educação sexual. Fomos informados de que não foram desenvolvidas quaisquer atividades relacionadas com a educação sexual nesta turma, nem no 7º nem no 8º ano. E que nenhuma abordagem ou iniciativa estavam previstas até ao final deste ano. O Ministério define a educação sexual como obrigatória e não opcional, por se tratar de um assunto fundamental e não acessório. Certos de que são também estas matérias que fazem de uma escola, uma escola de referência, gostaríamos de sublinhar junto da Direção do Agrupamento, a importância de se implementar no próximo ano letivo um plano de educação sexual estruturado e consistente”. Fim de citação.

A casa de Roberto Innocenti é uma casa em transformação. Ocupada, desocupada, em degradação, em ruínas, em recuperação, passando por ela gerações e gerações, com as suas tristezas, esperanças, guerras e pós guerras, ao longo de cem anos. A casa que hoje celebramos aqui, a casa da saúde sexual e reprodutiva, na qual a APF teve um papel imprescindível, é ainda um edifício vivo. Precisamos continuar a vê-la nessa perspetiva. A história, a invocação da sua história, é para mim uma forma de compreender o imenso trabalho feito, mas é também uma forma de resistência, para que esta não se torne uma luta do passado.